Rectificação n.º 946/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 72, de 11 de Abril de 2006, o despacho (extracto) n.º 8278/2006 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê «Maria da Luz Silva Abreu Ribeiro [...] com efeitos reportados a 11 de Junho de 2004» deve ler-se «Maria da Luz Silva Abreu [...] com efeitos reportados a 2 de Janeiro de 2002».

30 de Maio de 2006. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho n.º 12 572/2006 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Maio de 2006 do director-geral, foram designados nos termos e ao abrigo dos n.ºs 1, 3 e 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 87/2001, de 17 de Março, em regime de acumulação, vogais da Subsecção do Registo Predial de Secção Técnico-Jurídica do Conselho Técnico desta Direcção-Geral, com efeitos a contar de 1 de Junho de 2006, os licenciados abaixo identificados:

António Manuel Fernandes Lopes, conservador do Registo Predial de Serpa, a exercer funções, em regime de substituição, na Conservatória do Registo Predial de Aigualva-Cacém.

Maria Madalena Rodrigues Teixeira, conservadora do Registo Predial de Loulé.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

25 de Maio de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 12 573/2006 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 20 de Maio de 2006:

Licenciada Elsa Maria da Silva Camacho Pestana, conservadora da 2.ª Conservatória do Registo Predial da Amadora — autorizada a prorrogação da requisição como inspectora extraordinária no Serviço de Avaliação e Inspecção desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 30 de Junho de 2006.

Licenciado Fernando Jorge Costa Oliveira, conservador auxiliar da Conservatória do Registo Civil de Coimbra — autorizada a prorrogação da requisição como inspectora extraordinária no Serviço de Avaliação e Inspecção desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 1 de Julho de 2006.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

25 de Maio de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 12 574/2006 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 3 de Maio de 2006:

Licenciada Sónia Alexandra Jorge Filipe Gonçalves Silva, conservadora dos Registos Civil, Predial e Comercial da Azambuja — autorizado o destacamento para exercer funções nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 1 de Junho de 2006.

Licenciado Rui Manuel Ferreira da Cruz, notário do Cartório Notarial de Coruche — autorizado o destacamento para exercer funções nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 1 de Junho de 2006.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

26 de Maio de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 12 575/2006 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 24 de Maio de 2006:

Paulo Jorge Correia Ribeiro, escriturário, integrado no quadro da Conservatória do Registo Civil de Queluz — autorizado o destacamento para exercer funções nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 1 de Junho de 2006. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

30 de Maio de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho n.º 12 576/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 36.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo, autorizo os dirigentes a quem deleguei competências através dos despachos n.ºs 10 894/2006, 10 895/2006, 10 896/2006, 10 897/2006, 10 898/2006 e 10 899/2006, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 95, de 17 de Maio de 2006, e n.ºs 11 088/2006 e 11 089/2006,

publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 23 de Maio de 2006, a subdelegar as seguintes competências:

- Justificar e injustificar faltas;
- Autorizar o gozo e a acumulação de férias e respectivo plano anual;
- Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os funcionários ou agentes tenham direito, nos termos da lei;
- Promover a verificação domiciliária da doença, nos termos dos artigos 33.º a 35.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- Conceder o estatuto do trabalhador-estudante e autorizar o gozo dos direitos e regalias inerentes a esse estatuto, nos termos do Código do Trabalho (artigos 79.º a 83.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e 147.º a 156.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho).

26 de Maio de 2006. — O Director Nacional, *Alípio Fernando Tibúrcio Ribeiro*.

Gabinete de Política Legislativa e Planeamento

Despacho (extracto) n.º 12 577/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 25 de Maio de 2006:

Licenciado Álvaro Davide Esteves Pires — renovada a comissão de serviço, ao abrigo do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada com a redacção actual pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no cargo de chefe de divisão de Recursos Financeiros, Económato e Património do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, por um período de três anos, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Maio de 2006. — A Directora, *Rita Brasil de Brito*.

Instituto de Reinserção Social

Despacho (extracto) n.º 12 578/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 24 de Maio de 2006, no uso de competência delegada:

Ana Maria Caetano Miguel Lava, técnica de 2.ª classe da carreira técnica do quadro de pessoal deste Instituto — autorizado o pedido de passagem à situação de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a 1 de Agosto de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Maio de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Aviso n.º 6856/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Prof. Doutor Alfredo Rodrigues Marques, de 22 de Maio de 2006, foi autorizada a transferência de Maria Isabel Fraústo Antunes de Azevedo Veiga Ferrão, assessora principal do quadro de pessoal do CEFA, para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos à data do despacho.

29 de Maio de 2006. — O Vice-Presidente, *Alfredo Manuel Pires Simões*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Aviso n.º 6857/2006 (2.ª série). — Por despacho do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte de 5 de Maio de 2006:

Helena Cristina Pires Rebelo, técnica superior de 1.ª classe do quadro privativo da ex-Comissão de Coordenação da Região do Norte, gabinetes de apoio técnico — autorizada a transferência para o quadro privativo da ex-Comissão de Coordenação da Região do Norte,

com efeitos desde 5 de Maio de 2006. Assinou termo de aceitação de nomeação na mesma data. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Maio de 2006. — A Administradora, *Margarida Azevedo*.

Instituto da Água

Aviso n.º 6858/2006 (2.ª série). — *Discussão pública — Plano de Ordenamento da Albufeira de Odivelas.* — O Dr. Orlando Borges, presidente do Instituto da Água, em cumprimento do preceituado no n.º 3 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, faz saber que entre 29 de Junho e 9 de Agosto de 2006, fica patente para consulta no âmbito da discussão pública o Plano de Ordenamento da Albufeira de Odivelas nos seguintes locais:

- Instituto da Água, Avenida do Almirante Gago Coutinho, 30, 1049-066 Lisboa (telefone: 218430000; fax: 218430469; e-mail: inforag@inag.pt);
- Câmara Municipal de Alvito, Largo do Relógio, 13, 7920-022 Alvito (telefone: 284480800; fax: 284485157);
- Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, Praça do Comendador Infante Passanha, 5, 7900-571 Ferreira do Alentejo (telefone: 284738700; fax: 284739250);
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Divisão do Alentejo Litoral e Baixo Alentejo, Avenida de Miguel Fernandes, 37, 7800-396 Beja (telefone: 284324178; fax: 284324179);
- Junta de Freguesia de Vila Nova de Baronia, Rua de Bento de Jesus Caraça, 2, 7920-364 Vila Nova de Baronia (telefone/fax: 284475159);
- Junta de Freguesia de Alvito, Rua do Prior Lampreia, 2, 7920-067 Alvito (telefone/fax: 284485282);
- Junta de Freguesia de Odivelas, Rua do Sado, 7900-395 Odivelas (telefone: 284763137; fax: 284763012);

podendo o Plano também ser consultado através do site do INAG <http://www.inag.pt>.

A consulta decorrerá entre 29 de Junho e 9 de Agosto de 2006, devendo os interessados participar por escrito nos locais acima referidos. Durante o período da discussão pública realizar-se-ão duas sessões públicas de esclarecimento com o seguinte calendário:

- No dia 29 de Junho de 2006, pelas 16 horas, na Feira Nacional da Água e do Regadio, em Ferreira do Alentejo;
- No dia 11 de Julho de 2006, pelas 17 horas e 30 minutos, no Auditório do Centro Cultural de Alvito.

30 de Maio de 2006. — O Presidente, *Orlando Borges*.

Instituto da Conservação da Natureza

Rectificação n.º 947/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 109, de 6 de Junho de 2006, o aviso n.º 6457/2006 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê:

«Capitania do Porto de Sines, Edifício Fialho, 7520-200 Sines, telefone: 269632275.»

deve ler-se:

«Capitania do Porto de Sines, Edifício Fialho, 7520-200 Sines, telefone: 269632275.
Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha, Pavilhão A, Galiza, 7500-120 Vila Nova de Santo André, telefone: 269708063.»

7 de Junho de 2006. — Pelo Presidente, o Vice-Presidente, *João Alves*.

Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

Despacho n.º 12 579/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do despacho conjunto n.º 57/2006, de 22 de Dezembro de 2005, da Presidência do Conselho de Ministros e dos Ministros das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 16, de 23 de Janeiro de 2006, no uso da faculdade que me é conferida pelo despacho n.º 1/CD/2006, de 10 de Janeiro, publicado sob o n.º 1857/2006 (2.ª série) no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17, de 24 de Janeiro de 2006, bem como nos termos do disposto

nos artigos 36.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego, ao abrigo dos preceitos legais em cada caso adiante enunciados, as seguintes competências:

1 — Ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 88/87, de 26 de Fevereiro, e da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º e do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho:

1.1 — Nos directores regionais do Norte, engenheiro António José Matos Silva Teles, e, nas suas faltas e impedimentos, na engenheira Rosina Maria Guimarães de Sousa Guedes ou na Dr.ª Maria Odete Rodrigues da Silva Teixeira, do Centro, engenheiro Jorge Manuel Fernandes Lopes Dias, e, nas suas faltas e impedimentos, no engenheiro António Jorge Maia Saldanha, de Lisboa, engenheiro José Júlio de Campos Santos Coração, e, nas suas faltas e impedimentos, na engenheira Estela Anjos Franco Santos ou na Dr.ª Maria Fernanda Marques de Jesus, do Sul, Dr.ª Maria Amélia Sertório Rita Vieira, e de Santo André, Dr. Luís Manuel de Sousa Coelho de Oliveira, para autorizar despesas até ao montante de € 5000, no âmbito estrito das competências que lhes forem subdelegadas pelos membros do conselho directivo;

1.2 — Na directora dos Serviços de Gestão e Administração, Dr.ª Maria de Lourdes Ramos Ferreira Neves, e, nas suas faltas e impedimentos, na Dr.ª Maria de Fátima Brito da Silveira Nobre Conreiras, no director do Gabinete Jurídico, Dr. Arnaldo José da Costa Botelho da Silva, no director do Gabinete de Informática e Planeamento, Dr. João Frederico Rydin, e no coordenador do Sector de Gestão de Solos e Apoio Técnico (SGSAT), arquitecto Joaquim José Elias Gonçalves, para autorizarem despesas, nos termos da lei, até ao montante de € 750, no âmbito estrito das competências que lhes forem subdelegadas pelos membros do conselho directivo;

1.3 — No coordenador do SGSAT, arquitecto Joaquim José Elias Gonçalves, competência para:

1.3.1 — Autorizar despesas até ao montante de € 5000, desde que referentes a:

- a) Encomenda de estudos, de cópias heliográficas e de material fotográfico;
- b) Encomenda de projectos ou maquetas, cópias heliográficas, material de desenho ou fotográfico e obtenção dos registos de parcelas de terreno ou de loteamentos de terrenos do IGAPHE;

1.3.2 — Aprovar cálculos de revisão de preços que decorram da aplicação do contrato ou da lei;

1.3.3 — Nomear comissões inerentes aos procedimentos a desenvolver para a encomenda ou obtenção de projectos.

2 — Ao abrigo do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 88/87, de 26 de Fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo 9.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, deogo nos directores de serviços ou equiparados ou, nas suas faltas e impedimentos, nos chefes de divisão ou equiparados, bem como no coordenador do SGSAT, arquitecto Joaquim José Elias Gonçalves, a assinatura de correspondência ou do expediente necessário à execução das decisões ou deliberações proferidas pelo conselho directivo ou pelos seus membros nos processos que corram pelas respectivas direcções.

3 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 88/87, de 26 de Fevereiro, deogo nos directores regionais do Norte, engenheiro António José Matos Silva Teles, ou na engenheira Rosina Maria Guimarães de Sousa Guedes ou na Dr.ª Maria Odete Rodrigues da Silva Teixeira, do Centro, engenheiro Jorge Manuel Fernandes Lopes Dias, ou no engenheiro António Jorge Maia Saldanha, de Lisboa, engenheiro José Júlio de Campos Santos Coração, ou na engenheira Estela Anjos Franco Santos ou na Dr.ª Maria Fernanda Marques de Jesus, do Sul, Dr.ª Maria Amélia Sertório Rita Vieira, e de Santo André, Dr. Luís Manuel de Sousa Coelho de Oliveira, competência para:

3.1 — Representar o IGAPHE em actos relacionados com o registo predial dos imóveis deste Instituto, incluindo registos provisórios a favor de terceiros, cancelamento de hipotecas, declarações complementares e averbamentos;

3.2 — Representar o IGAPHE em actos de constituição de prédios urbanos no regime de propriedade horizontal;

3.3 — Assinar, em representação do IGAPHE, as certidões de dívida para efeitos de cobrança coerciva, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 88/87, de 26 de Fevereiro.

4 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 88/87, de 26 de Fevereiro, deogo nos funcionários referidos no n.º 2 a competência para, na sequência de despacho do vogal do conselho directivo ou das deliberações deste que autorizem a respectiva celebração, representar o IGAPHE nos contratos de arrendamento dos fogos habitacionais e não habitacionais dos agrupamentos habitacionais situados nas respectivas áreas geográficas.

5 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Maio de 2006.

30 de Maio de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *José Teixeira Monteiro*.